

CASTILHO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. (Org). *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*. Salvador: EDUFBA, 2014, 358p.

└ DELTON APARECIDO FELIPE
Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, Paraná, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v24i24p566-571

Com o intuito de evidenciar tradições, tendências e caminhos da historiografia contemporânea sobre a escravidão e a liberdade, Lisa Earl Castilho, Wlamyra Albuquerque e Gabriela dos Reis Sampaio organizam o livro *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*. As organizadoras informam que esse livro é fruto de investigações empíricas realizadas no âmbito do grupo de pesquisa “Escravidão e Invenção da Liberdade”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O livro contém nove textos que são divididos em três eixos temáticos.

Os textos abrangem investigações que retratam o período histórico que vai do início do século XVIII às últimas décadas do século XIX e utilizam como fontes cartas de alforria, inventários, testamentos, jornais do período, correspondências e outros documentos encontrados em arquivos nacionais e internacionais. As abordagens teóricas são variadas, no entanto todas elas têm como objetivo, como afirmam Castilho, Albuquerque, Sampaio, valorizar “personagens e tramas próprias à sociedade escravista” (p. 9). Outro fator para o qual as organizadoras chamam a atenção é o recorte geográfico que compreende desde a cidade de Salvador até o interior da Bahia, além de outras cidades do Brasil e até mesmo outras regiões da América Latina, como, Santiago de Cuba, cidade de uma província cubana.

O primeiro eixo temático do livro retrata o tráfico de escravos e suas implicações sociais, e inicia com o texto “Tráfico, tempo e lucro: capitães negreiros e redes comerciais da Bahia”, do historiador Candido Domingues,

o qual, utilizando-se de inventários e testamentos de capitães negreiros da Bahia, explicita as redes de sociabilidades que os capitães negreiros precisavam para realizar o seu ofício. O autor se utiliza do exemplo de Manoel da Fonseca para demonstrar como os capitães negreiros conseguiam os investimentos necessários para a prática do tráfico. Domingues afirma que “as relações sociais construídas nos espaços da Cidade da Bahia ou navio negreiro eram importantes para garantir-lhes o acesso ao crédito” (p. 32).

Outra questão explicada pelo autor é a importância do tempo para obtenção de lucro ou prejuízo no tráfico negreiro. A demora na venda, após o desembarque na Bahia, significava mais despesas, pois era necessário um lugar para armazenar os escravos, alimentá-los e tratar as doenças adquiridas durante e depois da viagem. “Não há registros de quantos deles adoeceram, mas pelos gastos presume-se que não foram poucos. Somente com saúde foram despendidos 47\$520 réis” (p. 49).

O segundo texto do primeiro eixo é “Bella Miquellina: tráfico de africanos, tensões, medos e luta por liberdade nas águas da Baía de Todos-os-Santos em 1848”, de Dale T. Graden e Paulo Cezar Oliveira de Jesus, escrito a partir de fontes primárias, como os jornais *Correio Mercantil* e *O Brasil*, e correspondências oficiais, como as trocadas pelo presidente da Província da Bahia e o chefe da polícia, entre outros. Os autores refletem sobre os impactos sociais causados pelo desembarque de inúmeros escravos trazidos pela embarcação Bella Miquelina em 1848.

Graden e Jesus abordam em seu texto a atuação dos capitães negreiros na praça da Baía-de-Todos-os-Santos, tão seguros da impunidade da qual desfrutavam que chegaram a orquestrar planos para recuperar embarcações com cativos em pleno porto, “mas provavelmente, ao perceberem o risco daquela ação por terra e seu pequeno resultado prático em curto prazo, evoluíram para um plano mais ambicioso: tomar posse do navio apreendido e sua carga” (p. 69). Outro fator retratado pelos autores é o temor que havia, por parte das autoridades e dos residentes na cidade, diante da possibilidade do desembarque de mais de quinhentos africanos, tanto pelo risco do aumento das tensões sociais quanto pela possibilidade de introdução de doenças trazidas pelos escravos para a província. Os autores ainda evidenciam a descrença que diversos grupos sociais nutriam acerca da postura antitráfico adotada pelos britânicos no período. Essa postura era vista pelos habitantes locais mais como uma afronta direta à soberania do Império do Brasil do que como a busca pelo fim do tráfico de escravos.

O segundo eixo temático do livro discute o sentido da alforria para os senhores, escravos e alforriados no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Esse eixo inicia-se com o texto “Nos caminhos do cativo, na esquina com a liberdade: alforrias, resistências e trajetórias individuais na Bahia setecen-

tista”, de Daniele Santos de Souza, embasado em cartas de alforrias registradas entre os anos de 1684 e 1750, que estão sob custódia do Arquivo Público da Bahia, e de inventários de libertos em Salvador na primeira metade do século XVIII. Ele discute as estratégias elaboradas por negros escravizados para conseguir as alforrias e qual o seu significado social, além das dificuldades que os alforriados passavam após a sua “liberdade”.

Daniele Santos de Souza argumenta que a busca pela alforria não era uma reivindicação do cativo, mas uma ação coletiva estabelecida por laços de apadrinhamento. A possibilidade de alforria era muitas vezes uma forma do senhor manter a ordem, o escravo a sua mercê e possuir uma mão de obra ordenada. Para cogitar uma negociação de liberdade com o senhor, que visava somente lucro, um pré-requisito era o bom serviço. Conseguida a alforria, muitas vezes de forma condicional, ainda eram tratados como escravos e, se desobedecessem ou requeressem direitos que não estavam sendo cumpridos, o senhor poderia lhes escravizar novamente. O texto demonstra que a alforria, para os escravos, não era uma garantia de liberdade permanente.

O segundo texto desse eixo é “Alforrias nas minas do Rio de Contas setecentista”, escrito por Katia Lorena Novais Almeida, que afirma que “o ato de alforriar estava inserido nas práticas costumeiras nas diversas localidades urbanas e rurais da América Portuguesa” (p. 140). Partindo dessa premissa, a autora busca mapear o perfil dos escravos alforriados em Rio das Contas, uma vila colonial na região mineradora na Bahia, de 1724 a 1810.

Ao analisar as cartas de alforria, a autora percebe que, entre 1727 e 1810, os escravos nascidos no Brasil tiveram mais chances de conseguir a liberdade do que os nascidos na África que vieram para o país. Ao considerar a idade, Almeida afirma que era mais comum alforriar crianças de zero a doze anos, o que destaca o fator afetivo e de apadrinhamento nas alforrias. Outro fator que chama a atenção da autora é que as mulheres eram as mais beneficiadas entre os alforriados, tanto as que nasceram no Brasil quanto as de origem africana. Ao se tratar dos senhores de escravos, de forma geral, os mais ricos alforriavam menos do que os que tinham poucas condições. Entre os senhores que alforriavam muitos escravos, alguns reconheceram estes como filhos e os fizeram herdeiros.

“O horizonte da liberdade e a força da escravidão: últimas décadas do século XIX”, de Flaviane Ribeiro Nascimento, é o terceiro texto desse eixo. Por meio da análise de cartas de alforria concedidas a escravos nas últimas décadas do século XIX, em Feira de Santana, na Bahia, a autora afirma que raramente tais cartas eram dadas por generosidade. Para entender as manumissões – cartas de alforrias –, é necessário perceber que elas estão “mergulhadas num complexo e delicado jogo de sujeição e justaposição das

prerrogativas senhoriais e das reformas do Estado para o fim gradual do escravismo, além das demandas dos cativos que, certamente, não ficaram parados, alheios aos encaminhamentos dados ao ‘elemento servil’” (p. 200).

Nascimento ressalta que a maioria das cartas de alforria foi outorgada por mulheres que, em sua maioria, dependiam dos maridos para alforriar, o que demonstra o caráter paternalista da sociedade escravista. Outro fator que foi evidenciado a partir da análise das fontes utilizadas pela autora é a tipologia das alforrias: não pagas; não pagas/condicionais; pagas/incondicionais; pagas/condicionais.

O último texto desse eixo foi escrito por José Pereira Santana Neto e é intitulado “Falsas verdades, boas desculpas: as juntas de classificação e o Fundo de Emancipação”. Ele tem como referências documentos pesquisados no Arquivo Público do Estado da Bahia, correspondências entre autoridades do período e órgãos públicos da Bahia, ofícios de promotores, entre outros. Santana Neto analisa a gestão do Fundo de Emancipação da Bahia, criado a partir de uma Lei de 1871 “para libertar tantos escravos quantos correspondessem à quota que seriam anualmente destinadas à emancipação nas províncias e nos municípios do Império” (p. 217).

O autor informa que os recursos arrecadados eram administrados por uma junta de classificação composta por promotores públicos, coletores das rendas e o presidente da Câmara de Vereadores, que geralmente tinha relações próximas ou provinha das famílias ou grupos dominantes, com altos níveis de renda, instrução e com ligações com o governo central, o que, para Santana, comprometeu de forma contundente o rumo da eliminação da escravidão no Brasil: “as autoridades públicas brasileiras possuíam vasta experiência em burlar a lei e fechar os olhos a irregularidades, fazendo de tudo para que o Fundo de Emancipação não saísse do papel e não se tornasse um instrumento eficiente de libertação” (p. 249).

O terceiro e último eixo explicativo do livro versa sobre a liberdade e impactos sociais de trabalhadores livres em sociedades com tradição escravocrata como o Brasil. “‘Centenas de pessoas de diversas nações’: os trabalhadores livres, libertos e escravos da Bahia and San Francisco Railway Company”, de Robério S. Souza, baseado em fontes primárias, como registros policiais, relatórios de engenheiros e administradores, relatório do Ministério do Império e o Livro de Entrada de Passageiros das embarcações que traziam imigrantes. O autor analisa a composição étnica e as motivações dos trabalhadores que participaram da construção da ferrovia da Bahia and San Francisco Railway Company.

Robério S. Souza argumenta que a construção da estrada de ferro baiana, na segunda metade do século XIX, reúne uma grande quantidade de pessoas de diferentes etnias – como negros e imigrantes de diferentes países

– e condições jurídicas, como, por exemplo, os escravos fugidos em busca de liberdade e que se propunham a trabalhar nas obras da ferrovia,

[...] por volta de 1880, o escravo Manoel, preto, 38 anos de idade “ausentou-se” de sua senhora, d. Auta Elisa de Figueiredo, para trabalhar na construção da estrada de ferro de São Felix, no Recôncavo. O chefe de polícia daquele distrito recebeu ordens para capturá-lo e enviá-lo de volta para Salvador. (p. 277)

Aldrin Armstrong Silva Castellucci é o autor de “Os trabalhadores e a política no Brasil Império: o problema da cidadania em sociedade escravista (Salvador, 1850-1881)”, o segundo texto desse eixo. O estudo está baseado em fontes eleitorais, nos dados censitários e na imprensa da época, encontradas no Arquivo Histórico de Salvador e no Arquivo Público da Bahia. A partir da Constituição de 1824, o autor demonstra os limites para se exercer os direitos políticos, como o direito de ser votante, eleitor ou candidato.

Castellucci evidencia como era a formação do sistema político brasileiro no Império e os excluídos desse sistema, como os ex-escravos, que eram excluídos da condição elegível e de eleitores de segundo grau. As mulheres também eram excluídas do processo político, apesar de serem cidadãs com respaldo nos direitos civis. Os escravos, por não serem cidadãos, estavam definitivamente excluídos do sistema político. O voto do operário exercia um papel diferente e tinha peso discrepante nos pleitos do Brasil Império. Nas eleições primárias, a participação dos trabalhadores era numerosa, porém, quanto a se candidatar a eleitor ou representante da nação, era limitada a sua participação nesse processo. O poder político do Brasil nesse período estava concentrado nas mãos de uma minoria de cidadãos que detinha o controle efetivo do sistema político.

O texto “Escravidão, liberdade e tensões raciais: a insurreição de 1867 em Santiago de Cuba”, de Iacy Maia Mata, finaliza o último eixo do livro. A partir da análise de extensa bibliografia, a autora relata uma insurreição antiescravista que ocorre em Santiago de Cuba, capital de uma província cubana com o mesmo nome. Mata argumenta que, em 1864, um pequeno grupo de escravos negros, livres e mulatos se reuniu e, como forma de contestação, decidiu fazer uma bandeira com as cores da do Haiti e com o lema liberdade. O plano foi descoberto e contido.

Em 1867, outra conspiração antiescravista foi descoberta. A ideia era atacar os distritos de Eramada e Palma Soriano, onde a quantidade de negros livres era maior. A rebelião não teve sucesso, pois as autoridades ficaram sabendo e os líderes do movimento foram presos. No decorrer do tex-

to, a autora chama atenção para um dos objetivos da insurreição, que era derrotar os brancos. No entanto, em determinado momento, perceberam a participação de três brancos no movimento, o que pode ser explicado, como afirma Mata, “É que em Cuba, a cor, no século XIX, operou junto a noção mais ampla de origem de raça. Para aqueles mestiços com o fenótipo branco, em algumas circunstâncias, não era possível passar por branco, era preciso provar que era branco” (p. 351).

Castilho, Albuquerque e Sampaio, como organizadoras desse livro, oferecem uma obra rica em reflexões sobre os mecanismos de dominação, políticas de controle, comércio e exploração da força de trabalho escrava nos séculos XVIII e XIX. Por outro lado, nos permite entender os caminhos e descaminhos, em busca de liberdade, trilhados por escravos para sobreviver a esse sistema de dominação. Os textos reunidos por elas nos permitem perceber os negros, mesmo em situação de escravidão, enquanto sujeitos históricos, suas redes de sociabilidade, dinâmica cultural, visão de mundo, estratégias de sobrevivência e negociação, o que estabelece uma consonância com os caminhos da historiografia brasileira atual ao tratar a história social do negro e da escravidão.

Autor **Delton Aparecido Felipe**

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá-Paraná com estágio de doutoramento junto ao Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF) da Universidade de Aveiro, em Portugal. Mestre em Educação, Graduado em História e Pós-doutor em História, na linha de “Fronteiras, Populações e Bens culturais”. Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura (GEPEDIC), da Universidade Estadual do Paraná, e do Núcleo de Estudo Interdisciplinar Afro-Brasileiro, da Universidade Estadual de Maringá-PR, com pesquisas relacionadas ao uso das mídias no ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas na educação básica. Com atuação docente em História e Cultura Afro-brasileira; História do Brasil; Metodologia do Ensino de História e História da África.

Recebido em 30/08/2015

Aceito para publicação em 22/01/2016